

DELEGACIAS DE POLÍCIA: GARANTIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO



SOUZA, Giovanna Lucas Freitas Schardosim de¹
FAGUNDES, Jean Derik Teixeira Godoi¹
VARGAS, Kamila Fagundes de¹
giovannaschardosim9@gmail.com
GOMES, Marcos Gularte²
SILVA, Carolina Alt Silva da²
NUNES, Simone Terezinha Gonçalves²

¹Discentes do Curso de Direito, Nível 1 2025/1- Faculdade IDEAU – Bagé/RS.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A segurança pública é um direito fundamental garantido por diferentes forças policiais, sendo a Polícia Civil, por meio das delegacias, responsável pela investigação de crimes e pela aplicação da justiça. As delegacias exercem papel essencial na manutenção da ordem e proteção da sociedade, com os delegados atuando na condução de investigações e na garantia dos direitos fundamentais. A compreensão de sua estrutura e funcionamento, bem como a distinção entre as funções da Polícia Civil e da Polícia Militar, é crucial para aprimorar a atuação dessas instituições. Além disso, destaca-se a crescente, embora ainda limitada, presença feminina na carreira de delegado, o que representa um avanço na busca por igualdade de gênero e maior diversidade na segurança pública. O artigo propõe uma reflexão crítica sobre esses temas e busca estratégias para superar os desafios enfrentados, visando fortalecer a atuação policial e promover uma justiça mais eficaz e inclusiva.

METODOLOGIA

Este estudo baseia-se na análise de uma entrevista com um Delegado de Polícia, com o objetivo de investigar os desafios enfrentados pelas delegacias, incluindo a eficiência das investigações, a proteção dos direitos fundamentais, os obstáculos operacionais e as questões de igualdade de gênero na carreira policial. A entrevista foi realizada por meio de um formulário estruturado com perguntas abertas, enviado eletronicamente ao delegado, escolhido por sua experiência e proximidade com os autores. As perguntas foram previamente revisadas com o orientador para assegurar sua relevância. A coleta de dados qualitativos permitiu explorar aspectos específicos e subjetivos da atuação da Polícia Judiciária, contribuindo com informações aprofundadas para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista com um Delegado de Polícia revelou desafios cruciais enfrentados pelas delegacias, como a falta de recursos materiais e estratégicos, que comprometem a eficiência das investigações. Destacou-se a importância da proteção dos direitos fundamentais durante o processo investigativo, mesmo com limitações no contraditório em fases iniciais. Problemas na coleta de provas e a escassez de recursos humanos e tecnológicos também impactam diretamente a busca por justiça. Quanto à igualdade de gênero, reconheceu-se o avanço da presença feminina, mas ainda há barreiras culturais e institucionais a serem superadas. O estudo conclui que a modernização das delegacias, o investimento na capacitação dos profissionais e a promoção da inclusão são essenciais para uma polícia mais eficiente, justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como atividade de extensão, realizamos uma ação educativa na Escola Estadual Dr. Carlos Antônio Kluwe, em Bagé, com distribuição de panfletos e apresentação sobre o papel do delegado e as diferenças entre Polícia Civil e Militar. Destacamos a importância das delegacias na investigação de crimes e proteção dos direitos fundamentais. A pesquisa apontou desafios como a falta de recursos e a necessidade de investimentos em infraestrutura e capacitação. Ressaltamos também o papel da mulher na carreira de delegado, enfatizando a importância da inclusão e igualdade de gênero. Propomos soluções para modernizar e fortalecer as delegacias. O objetivo é contribuir para uma segurança pública mais eficaz, justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 10.994/1997. **Organiza a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2010.994.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- SIENA, David Pimentel Barbosa de. **Princípios fundamentais à administração policial na Lei Orgânica das Polícias Civis**. *Consultor Jurídico*, 13 fev. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-fev-13/principios-fundamentais-a-administracao-policial-na-lei-organica-das-policias-civis/>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- ROCHA, Arla. **A atuação do delegado de polícia na garantia dos direitos humanos durante as investigações criminais**. Disponível em: https://www.adpf.org.br/adpf/imagens/noticias/chamadaPrincipal/7770_arla%20rocha.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.
- ASSIS, Mauro Sérgio Grama de. **A Atuação do Delegado de Polícia na Garantia dos Direitos Humanos Durante as Investigações Criminais**. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/33692/TCC%20FINAL%20Mauro%20Sergio%20GRama%20de%20Assis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- LOPES, Fábio Motta. **Os direitos de informação e de defesa na investigação criminal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009, p. 20. Acesso em: 26 mar. 2025.
- CASAGRANDE, Maria Aparecida. **Ser mulher na Polícia Civil: estudo sobre as delegadas de polícia em Santa Catarina**. Disponível em: https://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anaais/1498780025_AROUIVO_MariaAparecidaCasagrandeFazendoGenero.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.
- SILVEIRA, Maria Natália Barboza da. **Delegadas de polícia: profissionalismo e gênero**. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/15689>. Acesso em: 20 mar. 2025.